



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ÍNDICE

- 1. BALANÇO PATRIMONIAL***
- 2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO***
- 3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO***
- 4. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO***
- 5. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA***
- 6. NOTAS EXPLICATIVAS***

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u> (Nota 3 (a))
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.598	15.923
Consumidores e concessionárias	6	378.361	361.488
Programa de redução do consumo de energia elétrica		4.466	4.499
Encargos tarifários		905	1.448
Energia livre		6.960	8.986
Devedores diversos		9.550	2.792
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	11.927	788
Tarifa social de consumidores de baixa renda	8	9.099	10.504
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(210.128)	(174.661)
Estoques		5.318	3.913
Outros créditos	10	16.678	10.509
Ativos Regulatórios	11	40.152	48.429
		<u>299.886</u>	<u>294.618</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Consumidores	6	118.398	111.587
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	2.072	3.424
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(10.938)	(9.798)
Cauções e depósitos vinculados		4.340	0
Depósitos vinculados à litígios		28.134	28.012
Outros créditos	10	10.300	10.080
Ativos regulatórios	11	4.172	8.017
		<u>156.478</u>	<u>151.322</u>
Investimentos		168	168
Imobilizado Líquido	12	357.337	303.502
Intangível	13	3.461	414
		<u>517.444</u>	<u>455.406</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>817.330</u>	<u>750.024</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

	Nota	31/12/2009	31/12/2008 (Nota 3(a))
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	70.308	65.055
Programas de redução do consumo de energia elétrica		2.410	2.417
Encargos tarifários		564	1.104
Folha de pagamento		5.722	4.582
Programa de demissão incentivada	15	8.067	0
Tributos e contribuições sociais	16	37.103	40.449
Empréstimos e financiamentos	17	7.512	52.078
Benefícios aos empregados		18.853	17.733
Tarifa social de consumidores de baixa renda		30	625
Passivos regulatórios	11	13.151	13.813
Provisões para férias e encargos sociais		9.137	8.873
Taxas regulamentares		2.376	3.130
Programa de eficiência energética	18	26.320	8.561
Outras contas a pagar	20	28.037	21.939
		<u>229.590</u>	<u>240.359</u>
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a Longo Prazo			
Tributos e contribuições sociais	16	15.307	18.934
Empréstimos e financiamentos	17	147.823	340.200
Provisão para contingências	19	64.636	61.270
Programa de eficiência energética	18	3.404	19.112
Outras contas a pagar	20	19.608	20.600
		<u>250.778</u>	<u>460.116</u>
PATRIMONIO LIQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	21	218.393	218.393
Prejuízos acumulados		(406.916)	(404.678)
		<u>(188.523)</u>	<u>(186.285)</u>
Recursos destinados a aumento de capital	22	525.485	235.834
		<u>336.962</u>	<u>49.549</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) MAIS RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL			
		<u>336.962</u>	<u>49.549</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) MAIS RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL			
		<u>817.330</u>	<u>750.024</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2009	31/12/2008 (Nota 3(a))
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento e suprimento de energia elétrica	23	659.216	670.133
Tarifa social de consumidores de baixa renda		61.239	53.576
Receita p/disponibilidade da rede elétrica		154.374	142.656
Outras receitas	24	7.760	6.908
		882.589	873.273
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL			
ICMS sobre venda de energia elétrica		(172.539)	(157.523)
COFINS		(42.319)	(41.549)
PASEP		(9.195)	(9.061)
Quota p/ a Reserva Global de Reversão – RGR		(5.458)	(3.204)
Encargos do consumidor – PEE		(3.116)	(3.163)
Encargos do consumidor – CDE		(4.503)	(4.447)
Encargos do consumidor – CCC		(16.741)	(13.457)
Encargos do consumidor - P&D		(3.084)	(2.262)
Outros Encargos		(80)	(75)
		(257.035)	(234.741)
Receita Operacional Líquida		625.554	638.532
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia			
Energia elétrica comprada para revenda	25	(273.313)	(258.266)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(44.374)	(33.843)
		(317.687)	(292.109)
Custo de operação			
Pessoal	25	(104.935)	(73.825)
Material		(3.941)	(4.411)
Serviço de terceiros		(24.765)	(21.435)
Depreciação e amortização		(27.936)	(28.266)
Outros		(5.032)	(2.811)
		(166.609)	(130.748)
Total do custo dos serviços prestados		(484.296)	(422.857)
LUCRO BRUTO		141.258	215.675
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas		(72.994)	(92.570)
Despesas gerais e administrativas		(58.163)	(105.737)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(1.805)	(2.331)
		(132.962)	(200.638)
RESULTADO OPERACIONAL	25	8.296	15.037
RESULTADO FINANCEIRO	27	(8.236)	(50.181)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		60	(35.144)
Provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido		(735)	(2.366)
Provisão para o imposto de renda		(1.562)	(6.131)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.237)	(43.641)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		353.327	353.327
Prejuízo por ações		-0,0063	-0,1235

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
E RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL**
(em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	218.393	(360.000)	228.111	86.504
Ajustes de exercícios anteriores		712		712
Ajustes da lei 11.638/07		(1.749)		(1.749)
Saldos de abertura ajustado	218.393	(361.037)	228.111	85.467
Lucro do exercício				-
Originalmente apresentado		39.487		39.487
Ajustes de 2008 identificados em 2009 (Nota 3(a))		(83.128)		(83.128)
Prejuízo do exercício ajustado		(43.641)		(43.641)
Atualização monetária de recursos Eletrobrás			7.723	7.723
Saldos em 31 de dezembro de 2008	218.393	(404.678)	235.834	49.549
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 22)			289.651	289.651
Prejuízo do exercício		(2.237)		(2.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	218.393	(406.916)	525.485	336.962

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)**

	31/12/2009	31/12/2008 Nota (3(a))
RECEITAS		
Receitas de vendas de energia e serviços	882.589	873.273
Prov. p/créditos de liq. duvidosa e contingências	(36.607)	(49.244)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.805)	(2.331)
	<u>844.177</u>	<u>821.698</u>
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo com energia	(317.687)	(292.109)
Serviço de terceiros	(54.041)	(49.724)
Material	(4.413)	(6.699)
Outros custos operacionais	(29.212)	(68.311)
	<u>(405.353)</u>	<u>(416.843)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	438.824	404.855
Depreciação e amortização	(32.591)	(30.276)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>406.233</u>	<u>374.579</u>
Receitas Financeiras	50.103	48.088
VALOR ADICIONADO A TOTAL	<u>456.336</u>	<u>422.667</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	122.273	106.127
Impostos, taxas e contribuições	274.649	258.907
Juros e demais encargos financeiros	58.338	98.270
Aluguéis	3.313	3.004
Prejuízo do Exercício	(2.237)	(43.641)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>456.336</u>	<u>422.667</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)**

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u> (Nota 3(a))
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>60</u>	<u>(35.144)</u>
Ajustes		
Depreciação e amortização	32.591	30.276
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	<u>97.798</u>	<u>93.890</u>
	130.449	89.022
Variações nos ativos/passivos		
Consumidores e concessionárias	(23.684)	(60.945)
Programa de redução do consumo de energia elétrica	26	(2)
Encargos tarifários	3	31
Energia Livre	2.026	
Devedores diversos	(6.758)	(155)
Tributos e contribuições sociais a compensar	(9.787)	13.455
Tarifa social de consumidores de baixa renda	810	(2.668)
Estoques	(1.405)	726
Outros créditos	(6.389)	(13.577)
Cauções e depósitos judiciais	(4.340)	15.537
Ativos regulatórios	12.122	(30.283)
Fornecedores	5.253	(440)
Folha de pagamento	1.140	166
Tributos e contribuições sociais	(6.973)	(6.369)
Passivos regulatórios	(662)	975
Provisão para férias e respectivos encargos sociais	264	2.752
Taxas regulamentares	(754)	853
Programa de eficiência energética	2.051	6.259
Obrigações vinculadas	42.405	41.867
Outras contas a pagar	5.106	11.756
Caixa proveniente das operações	<u>140.903</u>	<u>68.960</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(9.627)</u>	<u>(7.081)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>131.276</u>	<u>61.879</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(130.370)	(87.713)
Aquisição de ativo intangível	<u>(3.047)</u>	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(133.417)</u>	<u>(87.713)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	25.117	52.969
Amortização de empréstimos	<u>(12.301)</u>	<u>(24.433)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>12.816</u>	<u>28.536</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>10.675</u>	<u>2.702</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>15.923</u>	<u>13.221</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>26.598</u>	<u>15.923</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

1. Contexto Operacional

A **Companhia Energética de Alagoas (“CEAL”)**, sociedade por ações de economia mista, com sede na Avenida Fernandes Lima, 3349 – Farol – Maceió/Al, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, cujo acionista controlador é a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, que detém 74,84% do seu capital votante. Seus principais objetivos são o planejamento, construção e exploração da produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia, em sua área de atuação, atende a aproximadamente 831.708 consumidores (804.964 em 31.12.2008) contando para esse fim com um quadro de 1.294 empregados (1.226 em 31.12.2008).

Através do Decreto nº 2.356, de 23/10/1997, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND.

2. Concessão

Em fevereiro de 2001, a CEAL assinou com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão nº 07/2001 com vigência até 07 de julho de 2015, englobando todos os 102 municípios do Estado de Alagoas. De acordo com o Contrato de Concessão, as tarifas de energia elétrica serão reajustadas anualmente com base no Índice de Reajuste Tarifário (IRT), e revisadas a cada quatro anos.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

A presente demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 16 de abril de 2010.

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as regulamentações e disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a CVM aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade por ocasião da elaboração das Demonstrações Contábeis de 2010.

(a) Refazimento das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Durante o exercício de 2009, a CEAL identificou erros não intencionais cometidos na divulgação de elementos das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Desta forma, em virtude da correção destes erros, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 estão sendo representadas devidamente corrigidas, nos termos previstos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC no. 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

(+) - Débitos / (-) Créditos	2008 (R\$ Mil)
Ajustes efetuados:	
Ativo circulante – Reversão da amortização indevida de CVA. A contrapartida foi registrada no custo do serviço de energia elétrica, resultado financeiro e dedução da receita operacional.	4.233
Ativo circulante – Provisão de juros e multas sobre os saldos dos consumidores cujo valor principal a receber já se encontrava em PCLD.	(58.668)
Ativo circulante – Ajuste da contabilização indevida do ativo da sobrecontratação de energia. A contrapartida foi registrada no custo do serviço de energia elétrica.	(4.175)
Ativo circulante – Ajuste de cálculo indevido da atualização monetária do parcelamento de dívida junto à CASAL. A contrapartida foi registrada no resultado financeiro.	<u>(1.236)</u>
Total de ajustes no Ativo Circulante	(59.846)
Ativo não circulante – Provisão dos créditos junto à Cooperativa Pindorama e Usina Santo Antônio. A contrapartida foi registrada em despesas operacionais.	(6.393)
Ativo não circulante – Ajuste da atualização monetária dos depósitos judiciais. A contrapartida foi registrada no resultado financeiro.	3.397
Ativo não circulante – Ajuste da atualização monetária do direito junto à Cooperativa Pindorama e Usina Santo Antônio. A contrapartida foi registrada no resultado financeiro.	<u>1.027</u>
Total de ajustes no Ativo não circulante	(1.969)
Passivo circulante – Provisão da sobrecontratação de energia de energia. A contrapartida foi registrada no custo do serviço de energia elétrica.	(4.175)
Passivo circulante – Ajuste da divergência de conciliação do saldo da tarifa social de consumidores de baixa renda. A contrapartida foi registrada em receita operacional.	595
Passivo circulante – Ajuste da provisão de benefício pós-emprego. A contrapartida foi registrada na despesa operacional.	<u>(17.733)</u>
Total de ajustes no Passivo circulante	(21.313)
Total dos ajustes – Patrimônio Líquido	<u>(83.128)</u>

Balço patrimonial ajustado em 31 de dezembro de 2008 (em milhares de reais)

	Original	Ajustes competência 2008	2008 Ajustado
Ativo:			
Circulante	354.464	(59.846)	294.618
Não circulante	457.375	(1.969)	455.406
	<u>811.839</u>	<u>(61.815)</u>	<u>750.024</u>
Passivo:			
Circulante	219.066	21.313	240.359
Não circulante	460.116		460.116
Patrimônio líquido	132.677	(83.128)	49.549
	<u>811.839</u>	<u>(61.815)</u>	<u>750.024</u>

Demonstração do resultado ajustado em 31 de dezembro de 2008 (em milhares de reais)

	2008		
	Original	Ajustes	Ajustado
Receita operacional	872.678	595	873.273
Dedução da receita	(235.363)	622	(234.741)
Receita operacional líquida	637.315	1.217	638.532
Custo do serviço de energia elétrica	(417.540)	(5.317)	(422.857)
Lucro bruto	219.775	(4.100)	215.675
Despesas operacionais	(115.513)	(82.794)	(198.307)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.331)		(2.331)
Resultado operacional	101.931	(86.894)	15.037
Resultado financeiro	(53.947)	3.766	(50.181)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	47.984	(83.128)	(35.144)
Imposto de renda	(6.131)		(6.131)
Contribuição social	(2.366)		(2.366)
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>39.487</u>	<u>(83.128)</u>	<u>(43.641)</u>

3.b Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações contábeis da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(a) Pronunciamentos

- . CPC 16 - Estoques
- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 22 - Informação por segmento
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 - Eventos subsequentes
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- . CPC 33 - Benefícios a empregados
- . CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

(b) Interpretações

- . ICPC 01 - Contratos de concessão
- . ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial

4 – Descrição das Principais Práticas Contábeis Adotadas

4.1 – Práticas contábeis gerais de avaliação

- **Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da CEAL incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Ativos Circulante e Não Circulante

- **Atualizações monetárias**

A atualização monetária dos ativos e passivos sujeitos à correção monetária por força da legislação ou cláusulas contratuais foi efetuada com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data do balanço.

- **Aplicações no mercado aberto**

Demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

- **Investimentos**

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

- **Intangível**

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos**

A administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

- **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

- **Demais ativos e passivos**

Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos. Os demais passivos estão representados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

- **Contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda**

A contribuição social, nos termos da legislação em vigor, foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o imposto de renda calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%.

- **Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é determinado considerando as ações existentes nas datas dos respectivos balanços.

- **Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados.**

Os planos de pensão e de aposentadoria e outros benefícios são reconhecidos nos termos da Deliberação CVM nº 371/2000.

4.2 – Práticas contábeis específicas do setor elétrico

Essas práticas, que são baseadas no regime de competência, levam em consideração algumas características peculiares do setor elétrico, cujas principais são:

- **Imobilizado**

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Para os bens vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica a CEAL seguirá a estimativa de vida útil econômica estipulada pela ANEEL.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, com origem em arrendamentos mercantis financeiros são, quando aplicáveis, registrados no imobilizado em contrapartida de dívida de financiamento. Os ativos são sujeitos à depreciação observada a sua vida útil econômica estimada.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

- **Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

Representam os valores da União, do Estado, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador.

Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as obrigações vinculadas à concessão, registradas em grupo específico no passivo exigível a longo prazo, estão apresentadas como dedução do ativo imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro de consumidores, da União e de outras fontes, com fins específicos de financiamento para obras.

- **Depreciação**

Calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de cadastro- UC, conforme Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, com taxas anuais da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02, de 24.12.1997, e nº 44, de 17/03/1999, e nº 473 de 06/03/2006 estão demonstrada na Nota Explicativa 15.

- **Ativo e passivo regulatório**

São valores realizáveis e exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais valores são atualizados com base na variação da SELIC

- **Ativo imobilizado em curso**

Parcela dos gastos de administração geral é apropriada mensalmente às imobilizações em curso e demais ordens em curso, limitada em até 10% dos dispêndios diretos com pessoal e serviço de terceiros atribuíveis às mesmas.

- **Fornecimento de energia elétrica não faturada**

Os fornecimentos de energia elétrica não faturados até as datas dos balanços são contabilizados, por estimativa, em regime de competência.

- **Consumidores e concessionárias**

Avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação de serviço. As contas com fornecimento a receber vencidas estão atualizadas na data do balanço segundo parâmetros estabelecidos na legislação do setor.

5. Caixa e Equivalentes de caixa

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Caixa	-	83
Contas bancárias à vista	9.782	7.284
Ordens de pagamentos emitidos	6	3
Fundos de caixa	11	8
Numerário em trânsito	2.547	4.814
Aplicações no mercado aberto	14.252	3.731
	26.598	15.923

O saldo é composto pelo numerário, depósitos bancários a vista, das ordens de pagamento emitidos e fundos de caixa, representados por dinheiro e/ou cheques que representam recursos de livre movimentação.

Abaixo, demonstramos a composição do saldo de Aplicações Financeiras:

Agente Financeiro	Referência	Vencimento	Taxa %	R\$ mil	
				31/12/2009	31/12/2008
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda Variável	0	3.676
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda Variável	1.711	0
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda Variável	12.541	14
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda Variável	0	41
				14.252	3.731

6. Consumidores e Concessionárias

Descrição		R\$ mil	
		31/12/2009	31/12/2008
Fornecimento faturado - residencial	a	42.124	53.855
Fornecimento faturado - industrial	a	61.723	58.428
Fornecimento faturado - comercial	a	30.159	32.314
Fornecimento faturado - rural	a	29.680	27.526
Fornecimento faturado - poder público	a	14.854	15.540
Fornecimento faturado - iluminação pública	a	16.333	16.724
Fornecimento faturado - serviço público	a	6.654	4.795
Fornecimento não faturado		31.052	39.498
Serviço taxado		720	365
Parcelamentos de débitos	b	178.982	155.020
Acréscimo moratório		71.962	59.895
Arrecadação em classificação e outros		8.886	4.772
Comercialização na camara de energia elétrica - CCEE		5	2.020
Encargos de uso do sistema		3.625	2.323
		<u>496.759</u>	<u>473.075</u>
(-) Ativo Circulante		(378.361)	(361.488)
Ativo não Circulante		118.398	111.587

a) Fornecimento faturado

Descrição	R\$ mil				
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2009	31/12/2008
Fornecimento Faturado					
Privado					
Residencial	13.856	19.696	8.572	42.124	53.855
Industrial	5.354	4.142	52.227	61.723	58.428
Comercial	9.775	6.519	13.865	30.159	32.314
Rural	3.586	1.756	24.338	29.680	27.526
	<u>32.571</u>	<u>32.113</u>	<u>99.002</u>	<u>163.686</u>	<u>172.123</u>
Público					
Poder Público					
Federal	1.271	1.513	5.662	8.446	3.042
Estadual	1.337	736	1.963	4.036	4.231
Municipal	941	539	892	2.372	8.267
	<u>3.549</u>	<u>2.788</u>	<u>8.517</u>	<u>14.854</u>	<u>15.540</u>
Iluminação Pública	2.333	1.346	12.654	16.333	16.724
Serviço Público	3.203	702	2.749	6.654	4.795
	<u>9.085</u>	<u>4.836</u>	<u>23.920</u>	<u>37.841</u>	<u>37.059</u>
Fornecimento não Faturado					
Serviço taxado	31.052	0	0	31.052	39.498
Serviço taxado	720	0	0	720	365
Parcelamentos de débitos	31.512	4.325	24.747	60.584	43.433
Acréscimo moratório	1.016	539	70.407	71.962	59.895
Arrecadação em classificação e outros	8.886	0	0	8.886	4.772
	<u>114.842</u>	<u>41.813</u>	<u>218.076</u>	<u>374.731</u>	<u>357.145</u>
Câmara de Comercialização de E. Elétrica – CCEE					
Elétrica – CCEE	0	0	5	5	2.020
Encargo de uso do sistema	3.625	0	0	3.625	2.323
	<u>118.467</u>	<u>41.813</u>	<u>218.081</u>	<u>378.361</u>	<u>361.488</u>

b) Parcelamentos

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Residencial	12.373	11.213
Industrial	25.521	13.430
Comercial	8.002	6.782
Rural	1.551	944
Poder público	129.480	122.251
Iluminação pública	1.177	1.504
Serviços públicos	878	133
	<u>178.982</u>	<u>156.257</u>
(-) Ativo Circulante	(60.584)	(44.670)
Ativo não Circulante	118.398	111.587

7. Tributos e contribuições sociais a compensar

Descrição	Ref.	31/12/2009		31/12/2008	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS – Lei Complementar nº 102/2002	(1)	2.546	2.072	647	3.424
INSS e outros		169	0	84	0
IRPJ estimado do ano	(2)	6.831	0	0	0
CSLL estimado do ano	(2)	2.304	0	0	0
Tributos a recuperar		77	0	57	0
		11.927	2.072	788	3.424

(1) Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

(2) O Imposto de renda (IR) e a Contribuição Social sobre lucro líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

8. Tarifa social de consumidores de baixa renda

Despacho	Data da Homologação	31/12/2009	31/12/2008
Despacho SRC/ANEEL nº 4.832	31.12.2008	0	5.227
Despacho SRC/ANEEL nº 376	31.01.2009	0	5.277
Despacho SRC/ANEEL nº 4.857	31.12.2009	4.586	0
Despacho SRC/ANEEL nº 192	29.01.2010	4.513	0
		9.099	10.504

Para cumprimento da Lei Federal no. 10438/2002 e da Resolução ANEEL no. 246/2002, a Companhia criou no exercício de 2003 o Programa de Tarifa Social. Este programa beneficia consumidores com baixo poder aquisitivo e que possuam um consumo médio de até 220 kwh, e atendidos por um circuito monofásico através subvenção econômica custeado pelo poder concedente. Os valores das subvenções são apurados mensalmente e após homologação pela ANEEL os recursos financeiros são liberados.

9. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Consumidores	173.919	141.998
Residencial	10.612	8.602
Industrial	82.154	66.459
Comercial	19.375	16.169
Rural	40.197	34.218
Poder público	9.095	4.984
Iluminação pública	11.246	7.147
Serviços públicos	1.240	4.419
Falidos e Concordatários	164	164
Parcelamentos	23.576	13.582
Outros Devedores	23.407	28.715
	221.066	184.459
Ativo circulante	(210.128)	(174.661)
Ativo não circulante	10.938	9.798

Está reconhecida, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

Para a constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da Administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e à situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

De acordo com disposto no manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica da ANEEL, com base em análise das contas a receber, inclusive as oriundas das classes iluminação pública, poder público e serviço público, tendo sido adotado o critério de considerar-se a seguinte situação:

- consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;
- consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias;
- consumidores das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias. Além disso, foi constituída provisão de 100% para os consumidores industriais que se encontram em processo de falência.

Nos parcelamentos, foram considerados todos os valores vencidos após duas prestações, independente da classe de consumo;

Para os consumidores considerados relevantes foram provisionados todos os valores, após análise individualizada (garantias reais, devedor costumaz, renegociação de dívida, histórico de perdas, processos de concordata ou falência, idade de cada consumidor, etc).

10. Outros créditos

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Serviços prestados a terceiros	1.019	1.096
Reserva Global de Reversão – RGR (PAC ANEEL)	133	654
Serviços em curso (*)	11.909	4.823
Cheques em cobrança especial	263	709
FINSOCIAL – Precatório – Processo nº 92.000.1248-5	997	997
Empréstimos - CEAL/SEINFRA	4.320	4.691
Rendas a receber	646	252
FGTS Conta empresa	563	563
Créditos de IPI	6.766	6.393
Outros	362	411
	26.978	20.589
Ativo circulante	(16.678)	(10.509)
Ativo não circulante	10.300	10.080

(*) Aplicação de recursos no Programa de Eficiência Energética

11. Ativos e passivos regulatórios

a) Ativos regulatórios

Descrição	Ref.	R\$ mil			R\$ mil		
		31/12/2009			31/12/2008		
		Ativo Circulante	Não Circulante	Total	Ativo Circulante	Não circulante	Total
CVA - saldo a compensar	a.1	19.967	0	19.967	27.479	0	27.479
CVA - 29.07.2009 a 28.07.2010	a.1	4.877	0	4.877	0	0	0
		24.844	0	24.844	27.479	0	27.479
Sobrecontratação de energia		0	0	0	4.175	0	4.175
Valores de itens da Parcela "A" até 25.10.2001	a.2	0	4.172	4.172	0	3.406	3.406
PIS/COFINS	a.3	4.265	0	4.265	0	4.611	0
Subsídio a irrigantes - classe rural	a.4	7.173	0	7.173	10.416	0	10.416
Desconto TUSD	a.5	3.870	0	3.870	3.286	0	3.286
Outros		0	0	0	3.073	0	3.073
		40.152	4.172	44.324	48.429	8.017	51.835

a.1) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela “A” – CVA

Registra as variações de custos, positivas ou negativas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens não gerenciáveis pela concessionária, previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. A compensação dos valores apurados se inicia logo após cada reajuste tarifário.

No reajuste tarifário de 2009, a ANEEL homologou este ativo através da Resolução Homologatória nº 873, de 25 de agosto de 2009 e Nota Técnica nº 286/2009-SER-ANEEL, de 19/08/2009.

CVA ATIVO	R\$ mil				
	31/12/2008	Constituição	Remuneração	Amortização	31/12/2009
CCC	4.371	4.170	360	(1.979)	6.922
ESS	14.802	4.931	624	(12.562)	7.795
CDE	83	564	23	(221)	449
PROINFA	1.478	3.911	208	(2.657)	2.940
Energia	4.413	5.593	335	(4.479)	5.862
Rede Básica	2.332	(758)	48	(746)	876
	27.479	18.411	1.598	(22.644)	24.844

a.2) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela “A”- racionamento

Descrição	R\$ mil			R\$ mil
	31/12/2009			31/12/2008
	Constituição	Remuneração	Total	Total
Reserva global de reversão- RGR	375	866	1.241	1.013
Encargo de conexão do sistema de transmissão	15	36	51	42
Energia comprada para revenda	178	410	588	480
Tarifa de utilização do sistema de Transmissão - TUST	317	732	1.049	856
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica -TFSEE	26	59	85	69
Subvenção para conta de consumo de combustível - CCC	350	808	1.158	946
	1.261	2.911	4.172	3.406

A Resolução ANEEL nº 90, de 18/02/2002, definiu os itens da parcela “A”, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25/10/2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados com base na Resolução nº 482, de 29/08/2002, os quais serão recuperados por meio de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27/12/2001, após a conclusão da RTE. Mediante Resolução nº 001, de 12/01/2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da parcela “A”.

a.3) PIS / COFINS

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Saldo a homologar - revisão tarifária de 2009		4.611
Valor homologado	6.398	
(-) Amortização	(2.133)	
	4.265	4.611

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13/02/1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência das mudanças de alíquotas, do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei nº 10.637/02 do PIS, de 30/12/2002, e Lei nº 10.833/03 do COFINS, de 29/12/2003.

No reajuste tarifário de 2009, a ANEEL homologou este ativo através da Resolução Homologatória nº 873, de 25 de agosto de 2009 e Nota Técnica nº 286/2009-SER-ANEEL, de 19/08/2009.

a.4) Subsídios a irrigantes – classe rural

O saldo encontra-se composto por:

Descrição	R\$ mil				R\$ mil
	31/12/2009				31/12/2008
	Constituição	Remuneração	(-) Amortização	Total	Total
Constituição de julho/06 a julho/09	8.567	-	(2.856)	5.711	10.416
Constituição de agosto/09 a dezembro/09	1.460	2	-	1.462	
	10.027	2	(2.856)	7.173	10.416

Em conformidade com a Resolução Normativa da ANEEL nº 207, de 9/01/2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura”, dispôs no Artigo 6º que o “valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos nesta resolução, configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste tarifário ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

O saldo está sendo atualizado mensalmente com base no IGPM, conforme Ofício nº 2396/2006-SFF/ANEEL de 28/12/2006.

No reajuste tarifário de 2009, a ANEEL homologou este ativo através da Resolução Homologatória nº 873, de 25 de agosto de 2009 e Nota Técnica nº 286/2009-SER-ANEEL, de 19/08/2009.

a.5) Redução da tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD.

R\$ mil				
31/12/2009				
Resolução ANEEL N° 166/2005				
Descrição	Constituição	Remuneração	(-)Amortização	Total
Constituição de julho/08 a junho/09	1.977	0	(660)	1.317
Constituição de julho/09 a dezembro/09	719	1	-	720
	2.696	1	(660)	2.037
R\$ mil				
Resolução ANEEL N° 77/2004				
Descrição	Constituição	Remuneração	(-)Amortização	Total
Constituição de julho/08 a junho/09	1.240	0	(413)	827
Constituição de julho/09 a dezembro/09	671	1	0	672
	1.911	1	(413)	1.499
R\$ mil				
Resolução ANEEL N° 247/2006				
Descrição	Constituição	Remuneração	(-)Amortização	Total
Constituição de julho/09 a junho/10	335	0	(1)	334
	335	0	(1)	334
Total	4.942	2	(1.074)	3.870

A Resolução Normativa da ANEEL n° 77, de 18/08/2004, em seu artigo 7º configura o direito da concessionária de distribuição a compensar o valor correspondente a redução percentual da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, no primeiro reajuste tarifário ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

No reajuste tarifário de 2009, a ANEEL homologou este ativo através da Resolução Homologatória n° 873, de 25 de agosto de 2009 e Nota Técnica n° 286/2009-SER-ANEEL, de 19/08/2009. A compensação dos valores apurados se inicia logo após cada reajuste tarifário

b) Passivos regulatórios

O saldo encontra-se composto por:

Descrição	Ref.	R\$ mil	
		Circulante	
		31/12/2009	31/12/2008
CVA - Saldo a compensar	b.1	7.483	9.638
CVA - 29.07.2009 a 28.07.2010	b.1	1.383	0
		<u>8.866</u>	<u>9.638</u>
Sobrecontratação de energia		2.519	4.175
Previsão subsidio Irrigação e Aquicultura	b.2	1.383	0
Previsão subsidio TUSD	b.3	383	0
		<u>13.151</u>	<u>13.813</u>

b.1) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" – CVA

CVA PASSIVO	R\$ mil				
	31/12/2008	Constituição	Remuneração	Amortização	31/12/2009
CDE	43	(23)	(1)	(19)	0
CCC	0	44	2	(46)	0
PROINFA	442	(439)	(3)	0	0
Energia	9.153	8.037	574	(8.898)	8.866
	<u>9.638</u>	<u>7.619</u>	<u>572</u>	<u>(8.963)</u>	<u>8.866</u>

b.2) Previsão subsídios – Irrigação e Aquicultura – Res. 207/2006

No reajuste tarifário de 2009, a ANEEL homologou este passivo através da Resolução Homologatória nº 873, de 25 de agosto de 2009 e Nota Técnica nº 286/2009-SER-ANEEL, de 19/08/2009.

Descrição	R\$ mil
	31/12/2009
Valor homologado	1.380
Remuneração financeira	3
	<u>1.383</u>

b.3) Previsão subsídios – Fonte incentivada TUSD – Res. 77/2004

No reajuste tarifário de 2009, a ANEEL homologou este passivo através da Resolução Homologatória nº 873, de 25 de agosto de 2009 e Nota Técnica nº 286/2009-SER-ANEEL, de 19/08/2009.

Descrição	R\$ mil
	31/12/2009
Valor homologado	382
Remuneração financeira	1
	383

b.4) Sobrecontratação

O art. 38 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica de que tratam seus arts. 36 e 37 às tarifas dos consumidores finais a ANEEL deverá considerar até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual do fornecimento do agente de distribuição. O repasse foi regulamentado pela Resolução Normativa nº 255, de 06 de março de 2007, que atribui a CCEE a responsabilidade pela apuração dos valores a serem considerados nos cálculos tarifários (Nota técnica nº 236/2008- SRE-ANEEL, de 14 de agosto de 2008).

No reajuste tarifário de 2009, a ANEEL homologou este passivo através da Nota Técnica 873, de 22 de agosto de 2009- item 44.

Descrição	R\$ mil
	31/12/2009
Valor homologado	3.778
(-) Amortização	(1.259)
	2.519

12. Imobilizado

12.1 – O valor do ativo imobilizado por natureza está assim composto:

	R\$ mil				31/12/2009	31/12/2008
	Custo	(-)Depreciação Amortização Acumulada	(-)Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Valor Líquido	
Imobilizado em Serviço						
Intangíveis	393	0	0	393	392	
Terrenos	1.779	0	0	1.779	1.779	
Edificações	19.868	(10.629)	0	9.239	10.033	
Máquinas e equipamentos	756.538	(270.642)	(207.590)	278.306	235.535	
Veículos	7.312	(4.706)	0	2.606	753	
Móveis e utensílios	8.059	(6.772)	0	1.287	1.352	
Sub-total	793.949	(292.749)	(207.590)	293.610	249.844	
Imobilizado em Curso						
Intangíveis	2.678	0	0	2.678	371	
Edificações	1.275	0	0	1.275	290	
Terreno	12	0	0	12		
Máq. e equipamentos	94.228	0	(46.407)	47.821	44.062	
Móveis e utensílios	193	0	0	193	16	
Estudos e projetos	223	0	0	223	223	
Transf. fabr.e materiais	352	0	0	352	338	
Depósitos judiciais	1.437	0	0	1.437		
Material em depósito	9.736	0	0	9.736	8.358	
Sub-total	110.134	0	(46.407)	63.727	53.658	
Total	904.083	(292.749)	(253.997)	357.337	303.502	

12.2– O ativo imobilizado por atividade está assim composto:

Descrição	Taxa média de depreciação (%)	Custo	R\$ mil			
			(-)Depreciação Amortização acumulada	(-)Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em Serviço						
Distribuição	4,0944	773.187	(280.120)	(207.590)	285.477	241.435
Administração	3,8258	14.846	(9.363)	0	5.483	5.687
Comercialização	5,3936	5.916	(3.266)	0	2.650	2.722
Sub-total		793.949	(292.749)	(207.590)	293.610	249.844
Imobilizado em Curso						
Distribuição		109.790	0	(46.407)	63.383	53.627
Administração		342	0	0	342	26
Comercialização		2	0	0	2	5
Sub-total		110.134	0	(46.407)	63.727	53.658
Total		904.083	(292.749)	(253.997)	357.337	303.502

O imobilizado em curso refere-se, substancialmente, as obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

O saldo das imobilizações em curso refere-se aos custos diretos e indiretos relativos a obras de expansão e reforma do sistema de distribuição de energia elétrica, e aqueles aplicados na aquisição de bens para a administração central, na área de concessão da CEAL.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na produção, distribuição e venda de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente. A Resolução ANEEL nº 20, de 03/02/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 05 de dezembro de 2006, estabeleceu a equalização das taxas anuais de depreciação para os ativos de uso e características semelhantes, no âmbito da Distribuição e da Transmissão, de energia elétrica, constantes da Resolução nº 44, de 17 de março de 1998:

Tipos de Unidade de Cadastro	Taxa anual de depreciação(%)
Banco de capacitores tensão > 69Kv	5
Banco de capacitores tensão < 69Kv	6,7
Chave de tensão > 69Kv	3,3
Chave de tensão < 69Kv	6,7
Condutor de tensão >69kv	2,5
Condutor de tensão <69kv	5
Disjuntor	3
Edificações	4
Estrutura (poste, torre) tensão >69Kv	2,5
Estrutura (poste, torre) tensão <69Kv	5
Móveis e utensílios	10
Regulador de tensão – tensão > 69Kv	3,5
Regulador de tensão – tensão > 69Kv	4,8
Transformador de distribuição	5
Transformador de força	2,5
Veículos	20

12.3 – Obrigações Vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Obrigações Especiais

Representam os valores da União, do Estado, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

O saldo das obrigações vinculadas com a concessão do serviço está assim composto:

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Participação e doação -Imobilizado em serviço	211.432	176.639
(-) Participação e doações - Reintegração acumulada (12.3.1)	(3.842)	0
Participação e doação -Imobilizado em curso	46.407	34.953
	253.997	211.592

12.3.1 Reintegração de valores de bens constituídos com recursos de obrigações especiais

De acordo com o Ofício Circular nº 1.314, de 27 de junho de 2007, que determina que às empresas que passaram pelo segundo ciclo de revisão tarifária registrem à reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações, utilizando a taxa média de depreciação, apurada em cada mês, na conta de “máquinas e equipamentos”.

12.4- Mutação do ativo imobilizado está assim composto:

Descri�o	R\$ mil					31/12/2009
	31/12/2008	Adi�es	Baixas	Estoque	Transfer�ncias	
					Capitaliza�o	
Em Servi�o						
Distribui�o	668.194	107.745	(2.752)	0	-	773.187
Comercializa�o	5.767	149	-	0	-	5.916
Administra�o	14.270	576	0	0	-	14.846
Sub-total	688.231	108.470	(2.752)	0	0	793.949
(-) Deprecia�o						
Distribui�o	(249.743)	(31.590)	1.213	-	-	(280.120)
Comercializa�o	(3.045)	(220)	-	-	-	(3.265)
Administra�o	(8.583)	(781)	-	-	-	(9.364)
Sub-total	(261.371)	(32.591)	1.213	0	0	(292.749)
Total em servi�o	426.860	75.879	(1.539)	0	0	501.200
Em Curso						
Distribui�o	88.203	159.941	(106.916)	(206)	(31.231)	109.791
Comercializa�o	5	145	-	(149)	0	1
Administra�o	26	1.679	-	(1.363)	0	342
Total em curso	88.234	161.765	(106.916)	(1.718)	(31.231)	110.134
Total	515.094	237.644	(108.455)	(1.718)	(31.231)	611.334
(-) Obrig. vinc. Concess�o	(211.592)	(42.405)				(253.997)
TOTAL	303.502	195.239	(108.455)	(1.718)	(31.231)	357.337

13. Intangível

Descri�o	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Imobilizado em Servi�o		
Direito de uso de softwares	41	41
Sub-total	41	41
Imobilizado em Curso		
Direito de uso de softwares	3.420	373
Sub-total	3.420	373
Total	3.461	414

14. Fornecedores

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Encargos de uso do sistema de transmissão	2.228	3.049
Fornecedores de energia elétrica	32.757	33.585
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	244	545
Materiais e serviços	35.079	27.876
	70.308	65.055

15. Programa de demissão incentivada

O Programa de Desligamento Incentivado - PDI, proposto pela Companhia Energética de Alagoas - CEAL, foi aprovado pela Diretoria Executiva, na forma da Resolução nº 68/2008, de 29 de setembro de 2008, pelo Conselho de Administração, conforme Deliberação CA nº 09/2008, de 14 de outubro de 2008, e pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Ofício nº 412/2009/MP/SE/DEST, de 25 de maio de 2009.

16. Tributos e contribuições sociais

Descrição	Ref.	R\$ mil			
		31/12/2009		31/12/2008	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS		14.057	-	15.521	-
Contribuição social s/lucro líquido		-	-	193	-
ISS		578	-	307	-
Imposto de renda		120	-	682	-
INSS e outras contribuições sociais		2.203	-	1.936	-
FGTS	16.b	7.413	-	567	-
PASEP		802	-	951	-
COFINS		3.693	-	4.378	-
Retenções		5.584	-	4.322	-
Imposto de renda pessoa jurídica		-	-	480	-
Programa excepcional - PAEX	16.c	2.653	14.916	2.513	16.648
Parcelamento INSS		-	391	703	2.286
Parcelamento ICMS	16.a	-	-	7.896	-
		37.103	15.307	40.449	18.934

16.a) Parcelamento ICMS

O débito consolidado do ICMS foi parcelado com base no Decreto 35.245/91- artº 110, em 24 parcelas mensais e consecutivas, iniciado em outubro de 2007, e atualizado pela variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente e calculadas a partir do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela, e 1% um por cento relativamente ao mês do pagamento da parcela. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento nos prazos estabelecidos. O parcelamento foi liquidado em setembro de 2009.

16.b) FGTS – PDI

O Programa de Desligamento Incentivado - PDI, proposto pela Companhia Energética de Alagoas - CEAL, foi aprovado pela Diretoria Executiva, na forma da Resolução nº 68/2008, de 29 de setembro de 2008, pelo Conselho de Administração, conforme Deliberação CA nº 09/2008, de 14 de outubro de 2008, e pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Ofício nº 412/2009/MP/SE/DEST, de 25 de maio de 2009. Foi constituída provisão do FGTS no valor de R\$ 6.761 mil, cujo amortização se dará até abril de 2010.

16.c) Programa Excepcional – PAEX

Descrição	R\$ mil		
	Circulante	Não circulante	Total
PIS / PASEP	-	603	603
COFINS	1.430	19.475	20.905
Total do debito consolidado	1.430	20.078	21.508
Atualização c/base na TJLP de 29.09.06 à 31.12.09	339	2.803	3.142
Amortização – Período de 29.09.06 à 31.12.09	(506)	(6.575)	(7.081)
Total Geral	1.263	16.306	17.569

A adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, em 13/09/2006, teve como fatores determinantes às condições vantajosas determinadas pela Medida Provisória nº 351 de 29/06/2006, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexado (SELIC - Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para TJLP – Taxa de Juros em Longo Prazo).

O débito consolidado do PAEX está sendo pago em 120 e 130 parcelas mensais e consecutivas, iniciado em setembro de 2006, e atualizado pela variação da TJLP, das quais já foram liquidadas 40 parcelas. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições.

17. Empréstimos e financiamentos

Descrição	R\$ mil					
	31/12/2009			31/12/2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	-	117.408	117.408	38.977	303.656	342.633
BNDES	203	492	695	203	632	835
FACEAL	4.487	28.911	33.398	3.825	32.060	35.885
Instituições Financeiras	2.743	-	2.743	8.950	2.387	11.337
	7.433	146.811	154.244	51.955	338.735	390.690
Moeda Estrangeira						
Lloyds	79	1.012	1.091	123	1.465	1.588
Total	7.512	147.823	155.335	52.078	340.200	392.278

17.1 – Principais empréstimos e financiamentos:

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

- a) Com o intuito de reestruturação financeira da CEAL, a ELETROBRÁS, através da RES 1253, de 09/12/09, suspendeu a exigibilidade do principal de todos os contratos vigentes durante o período de 01/01/10 a 31/12/10, sendo mantidas as demais condições contratuais nesse período.
- b) Através da Deliberação 204/2009 de 21/12/09, a ELETROBRÁS transformou os contratos com recursos ordinários em Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 282.747.

	31/12/2009			31/12/2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ELETROBRÁS	-	117.408	117.408	38.977	303.656	342.633

Descrição do	Data de	Saldo	Taxa de juros ao ano (%)	Moeda		Programas
ECF-1575/97-RGR	05/11/97	2.159	6,50 + 2,00	R\$	FINEL	84 Programa de sub transmissão
ECF-1595/97-RGR	13/11/97	426	5,00 + 1,00	R\$	-	84 Prog. do sistema de iluminação pública
ECF-1517/97-RGR	05/11/97	162	5,00 + 1,00	R\$	-	84 Programa de aquisição e instalação de medidores
ECF-1760/98-RGR	01/07/98	1.903	6,50 + 2,00	R\$	FINEL	84 Programas de obra de distribuição
ECF-1693/98-RGR	14/05/98	1.433	6,50 + 2,00	R\$	FINEL	84 Linhas de transmissão
ECF-1862/99-RGR	23/03/99	148	6,50 + 2,00	R\$	-	84 Ampliação da SE/Palmeira dos Índios
ECF-1891/99-RGR	31/05/99	52	6,50 + 2,00	R\$	-	17 Programa de supervisão e controle
ECF-1895/99-RGR	05/07/99	25	6,50 + 2,00	R\$	-	16 Programa de supervisão e controle
ECF-1957/99-RGR	27/12/99	3.102	5,00 + 2,00	R\$	-	4 Programa de eletrificação rural
ECF-1971/00-RGR	05/05/00	7.769	5,00 + 1,00	R\$	-	90 Programa de eletrificação rural-Luz no Campo
ECF-2053/00-RGR	21/08/00	832	5,00 + 1,00	R\$	-	34 Programa emergencial
ECF-1958/00-RGR	08/11/00	177	5,00 + 2,00	R\$	-	11 Obra de transmissão e distribuição
ECF-2070/00-RGR	18/04/01	659	5,00 + 2,00	R\$	-	44 Programa de supervisão e controle
ECF-2129/02-RGR	24/04/02	1.767	5,00 + 2,00	R\$	-	48 Reforma da rede de distribuição
ECF-2263/02-RGR	09/12/02	2.267	5,00 + 2,00	R\$	-	48 Programa de obras de transmissão
ECFS-004/04-RGR	27/05/04	4.559	5,00 + 1,00	R\$	-	103 Programa de eletrificação rural
ECF-2335/04-RGR	12/05/04	1.334	5,00 + 2,00	R\$	-	41 Programa de obras de transmissão
ECF-2336/04-RGR	12/08/04	3.494	6,00 + 2,00	R\$	-	41 Programa de obras de transmissão
ECF-2337/04-RGR	12/08/04	6.694	5,00 + 2,00	R\$	-	47 Programa de obras de transmissão
ECF-2510/05-RGR	27/10/05	8.425	5,00+1,00	R\$	-	60 Construção da SE INHAPI
ECF-2511/05-RGR	19/01/06	263	5,00+2,00	R\$	-	52 Compra de medidores especiais
ECFS-107/05-RGR	14/12/05	8.146	5,00 + 1,00	R\$	-	110 Programa de eletrificação rural
ECFS-2519/05-RGR	19/01/06	3.940	5,00 + 2,00	R\$	-	60 Prog.de obras do sistema de automação de subestações e red
ECFS-2565/06-RGR	27/07/06	1.459	5,00 + 2,00	R\$	-	57 Projeto de combate as ligações clandestinas
ECFS-2567/06-RGR	20/06/06	1.803	5,00 + 2,00	R\$	-	57 Programa de obras de transmissão
ECFS-2581/06-RGR	31/07/06	5.328	5,00 + 2,00	R\$	-	59 Projeto de implantação de novos consumidores
ECFS-171/07-RGR	28/02/07	12.082	5,00 + 1,00	R\$	-	120 Projeto de eletrificação rural
ECFS-2649/07-RGR	22/10/07	5.796	5,00 + 2,00	R\$	-	60 LT 69 kv Inhapi/Santana do Ipanema
ECF-2543/06 RGR	04/04/06	877	5,00 + 2,00	R\$	0	60 Implantação do Ajuri
ECF-196/07-RGR	07/11/07	6.765	5,00 + 1,00	R\$	0	120 Programa de eletrificação rural
ECF-2646/07-RGR	22/10/07	3.174	5,00 + 2,00	R\$	0	60 Regularização de cons. Taxados
ECF-2632/07-RGR	04/10/07	463	5,00 + 2,00	R\$	0	60 Reg. De Cons. Clandestinos
ECF-2638/07-RGR	04/10/07	4.535	5,00 + 2,00	R\$	0	60 Construção subestação do Centro
ECF-2647/07-RGR	22/10/07	863	5,00 + 2,00	R\$	0	60 Construção subestação Stella Maris
ECF-242/08-RGR	04/12/08	10.606	5,00 + 1,00	R\$	0	120 Programa de eletrificação rural
ECF-250/09-RGR	21/08/09	3.921	5,00 + 1,00	R\$	0	120 Programa de eletrificação rural
Subtotal		117.408				

* P.R. - Parcelas Restantes

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – Refinanciamento de empréstimo para aplicação na expansão do sistema elétrico, incidindo spread de 8% ao ano sobre a TJLP. A amortização realizada em 240 parcelas mensais a partir de 01.01.1994.

Descrição do contrato	Data de Assinatura	Saldo R\$ mil	Taxa de juros ao ano (%)	Outros			P.R*
				Moeda	Index		
ROL. BNDES	01/01/94	695	TJLP + 8	R\$	-	48	Expansão do sistema elétrico

* P.R. - Parcelas Restantes

Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência – FACEAL – Na condição de patrocinadora da Fundação, a CEAL atualizou a consolidação e repactuação da dívida acumulada até o exercício de 1996 junto àquela Fundação, decorrente de contribuições não repassadas tempestivamente até então. O novo contrato assinado em 31.07.2005 prevê o pagamento da dívida em 120 parcelas e encargos com base na variação do INPC e juros de 1% ao mês sobre o saldo corrigido. A Companhia mantém o pagamento das parcelas rigorosamente atualizado.

Descrição do contrato	Data de Assinatura	Saldo R\$ mil	Taxa de juros ao ano (%)	Outros			P.R*
				Moeda	Index		
FACEAL	31/07/05	33.398	12,68	R\$	INPC	67	Refinanciamento de dívida

• P.R. - Parcelas Restantes

Instituições Financeiras – Empréstimos contratados com o Banco Mercantil do Brasil, tendo como objetivo capital de giro, atualizado pela taxa de juros de 6,16% a.a. + CDI, com vencimento 05/01/2010; Banco da Indústria e comércio com o objetivo de capital de giro, amortizado em 36 parcelas mensais com vencimento final em 02/08/2010, atualizado pela taxa de juros de 6,80% a.a. + CDI; Banco do Brasil com o objetivo de capital de giro sob a forma de conta garantida.

Descrição do contrato	Data de Assinatura	Saldo R\$ mil	Taxa de juros ao ano (%)	Outros			P.R*
				Moeda	Index		
BMB	03/01/08	52	6,16 + CDI	R\$	0	1	Capital de giro
BIC	01/08/07	2.691	6,80 + CDI	R\$	0	8	Capital de giro
		<u>2.743</u>					

• P.R. - Parcelas Restantes

Lloyd Bank (Secretaria do Tesouro Nacional) – A reestruturação da dívida de médio e longo prazo referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/1962 está demonstrada no quadro a seguir:

Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas nos valores de R\$ 59 mil e R\$ 82mil (R\$ 53 mil e R\$ 74 mil 31.12.2008), respectivamente, contabilizados em outros ativos realizáveis em longo prazo.

Descrição do contrato	Data de Assinatura	Saldo R\$ mil	Taxa de juros ao ano (%)	Outros			P.R*
				Moeda	Index		
DEBT CONV.	31/12/97	116	7/8 de 1	US\$	DÓLAR	5	Refinanciamento de contrato
C BOND	31/12/97	147	4	US\$	DÓLAR	9	Refinanciamento de contrato
DISCONT BOND	31/12/97	340	13/16 DE 1	US\$	DÓLAR	1	Refinanciamento de contrato
PAR BOND	31/12/97	488	4	US\$	DÓLAR	1	Refinanciamento de contrato
		<u>1.091</u>					

• P.R. - Parcelas Restantes

17.2 – Composição dos empréstimos e financiamentos por indexador e recurso:

Indexador/Recurso	Variação Anual (%)	31/12/2009		Variação Anual (%)	31/12/2008	
		R\$ mil	%		R\$ mil	%
Moeda nacional						
INPC	(36,53)	33.398	21,50	6,48	35.885	9,15
IGPM	(1,72)	-	0,00	9,81	214.819	54,76
FINEL	(0,35)	5.572	3,59	1,91	11.815	3,01
RGR	-	111.837	72,00	-	85.199	21,72
SELIC	-	-	0,00	-	30.800	7,85
Outras	-	3.437	2,21	-	12.172	3,10
		154.244	99,30	18,20	390.690	99,60
Moeda estrangeira						
Dólar	(25,76)	1.091	0,70	31,94	1.588	0,40
		155.335	100,00	100,00	392.278	100,00

17.3 – Vencimentos das parcelas em longo prazo:

	R\$ mil			
	31/12/2009		Total	31/12/2008
Moeda nacional	Moeda Estrangeira			
2010	-	-	-	56.210
2011	29.681	53	29.734	54.151
2012	29.914	53	29.967	52.911
2013	28.097	39	28.136	49.493
2014	23.103	26	23.129	47.234
2015	11.326	13	11.339	43.029
Após 2015	24.690	828	25.518	37.172
	146.811	1.012	147.823	340.200

17.4 – Mutações dos empréstimos e financiamentos:

	R\$ mil						R\$ mil
	31/12/2008	Ingressos	Encargos	Variação Monetária	Transferência	Amortizações	31/12/2009
Circulante	52.078	-	5.003	634	2.787	(52.990)	7.512
Não circulante	340.200	25.117	38.587	(4.332)	(2.787)	(248.962)	147.823
Total	392.278	25.117	43.590	(3.698)	-	(301.952)	155.335

18. Programa de eficiência energética (PEE) e pesquisa e desenvolvimento (P&D)

A composição do saldo está assim demonstrada:

Indexador/Recurso	R\$ mil					
	31/12/2009			31/12/2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pesquisa e desenvolvimento - FNDCT	199	-	199	1.576	-	1.576
Pesquisa e desenvolvimento - MME	100	-	100	788	-	788
Pesquisa e desenvolvimento - rec. em poder da empresa	6.836	2.978	9.814	2.668	14.350	17.018
Programa de eficiência energética	19.185	426	19.611	3.529	4.762	8.291
	26.320	3.404	29.724	8.561	19.112	27.673

Programa de Eficiência Energética são programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme resolução no. 300/2005.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a CEAL finalizou em 2009 o projeto “Coordenação Ótima da Proteção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica Mediante Aplicação de Técnicas De Inteligência Artificial” e o 2º (segundo) ano dos projetos “Universalização da Oferta: Desenvolvimento de Mercado, Eficiência Energética e Responsabilidade Social” e “Alternativas de Suprimento às Cargas da CEAL numa Eventual Restrição Prolongada de Energia”. Dessa maneira, o Ciclo de P&D 2005/2006 foi concluído, sendo encaminhado o Relatório Final à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

19. Provisões para contingências

As provisões para contingências basearam-se na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das possíveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Trabalhistas	16.837	19.961
Tributários	33.167	30.815
Cíveis	14.632	10.494
	64.636	61.270

Em 31.12.2009, constam 3.540 processos judiciais em andamento, classificados da seguinte forma:

Descrição	Quantidade
Juizado especial	827
Justiça do trabalho	952
Justiça estadual	1.013
Justiça federal	49
Outros	699
TOTAL	3.540

a) Trabalhistas

Nesse agrupamento, a empresa figura nos processos basicamente na qualidade de Ré, vez que geralmente o que se discute na Justiça do Trabalho são diversas ações movidas contra a empresa por ex-empregados, empregados do quadro atual e terceirizados, envolvendo principalmente: adicional de periculosidade, diferença de adicional de periculosidade, diferença salarial, férias, férias proporcionais, gratificação de função, horas extras, verbas rescisórias, plano Bresser, multa compensatória de 40% sobre saldo dos expurgos inflacionários depositados em conta vinculada de ex-obreiros, indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho e reintegração de demitidos.

Probabilidade de perda	Valor
Provável	16.837
Possível	2.989
Remota	1.307
	21.133

b) Tributários

b.1) ICMS Baixa Renda

Apesar de a demanda em epígrafe se tratar ainda de lide administrativa, sem interferência do Judiciário, destacamos sua importância.

Os objetos da presente análise cingiram aos Autos de Infração nº 99.78026-001 e nº 99.78026-002, todos relacionados com a falta de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS – devido nas operações com fornecimento de energia elétrica dos consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda.

Auto de Infração nº 99.78026-001 – O Auto de Infração foi relativo ao recolhimento do ICMS da subclasse Baixa Renda referente ao período de maio a dezembro de 2002, ou seja, diante de prazo decadencial de 05 anos, já ultrapassado, não poderia a Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas lavrar o respectivo auto de infração, por não ser possível constituir o crédito tributário em face de incidência da decadência.

A supracitada tese foi levantada na preliminar da Defesa do Auto de Infração perante a autoridade fazendária estadual, pelo que entendemos que a possibilidade de êxito é provável, tanto administrativa quanto judicialmente, caso haja necessidade.

Auto de Infração nº 99.78026-002 – O segundo Auto de Infração notificou a CEAL para a mesma falta de recolhimento do ICMS da subclasse Baixa Renda, porém, relativa ao período de 2003 a 2005, sendo argüida perante a autoridade administrativa preliminar de decadência, desta vez, referente ao período de janeiro a maio de 2003, daí que também entendemos, quanto ao período destacado, que a possibilidade de êxito é provável, tanto administrativa quanto judicialmente, caso haja necessidade.

Como a tese levantada (mérito), em relação ao período pós-decadencial, tem grande restrição perante o Fisco estadual, entendemos que as chances de êxito na seara administrativa são remotas, porém, consideramos que lides impetrada perante o Poder Judiciário teriam chances bem maiores, tornando a possibilidade de reversão da autuação possível.

O referido Auto esta provisionado no montante de R\$ 32.634 mil (R\$ 30.815 em 2008).

c) Cíveis

Nas ações cíveis o maior número de processos diz respeito à recuperação de crédito (cobrança, execução etc.), estando à empresa no pólo ativo da demanda, e a responsabilidade civil (indenizações por danos materiais, morais etc.), quando a empresa figura no pólo passivo da relação processual.

Seguem os valores dos processos cíveis com suas respectivas expectativas de perda:

Probabilidade de perda	Matéria	R\$ mil	
		31/12/2009	31/12/2008
Provável	Indenização	6.655	4.695
	MS/Ação Civil Pública	14	13
	Revisional de Contratos	1	1
	Repetição de Indébito	58	58
	Execução Fiscal/Embargos	6	6
	Outros	2.765	2.337
	Juizados Especiais	5.133	3.384
		14.632	10.494
Possível	Indenização	14.609	15.026
	MS/Ação Civil Pública	12.881	12.405
	Revisional de Contratos	11	10
	Repetição de Indébito	12	10
	Execução Fiscal/Embargos	858	858
	Juizados Especiais	1.650	-
	Outros	6.642	5.506
		36.663	33.815
Remota	Indenização	3.462	3.441
	MS/Ação Civil Pública	111	79
	Repetição de Indébito	1.321	1.321
	Execução Fiscal/Embargos	658	659
	Juizados Especiais	355	-
	Outros	26.977	27.312
		32.884	32.812

Os cinco Grupos acima classificados reúnem as seguintes demandas:

GRUPO I – Indenização: agrupamento dos processos que envolvem pedido de indenização por danos morais ou materiais. Os fatos geradores mais comuns são: acidentes nos sistemas de transmissão de energia elétrica do Sistema Elétrico de Potência, com ou sem óbito; defeitos na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, com danificação de aparelhos elétricos dos consumidores; interrupção indevida do fornecimento de energia elétrica; inclusão indevida do consumidor nos cadastros de inadimplentes;

GRUPO II – MS/Ação Civil Pública: agrupamento das ações que envolvem a suposta coação ilegal de autoridade revestida nas atribuições do poder concedente (interrupção do fornecimento de energia elétrica, negativa de ligação de consumidor ao Sistema Elétrico de Potência etc.) e as ações de interesse público, que induzem à participação do Ministério ou Defensoria Pública (defesa de direitos coletivos difusos);

GRUPO III – Revisional de Contratos: agrupamento das ações propostas pelos consumidores que entendem existir algum problema ou erro com o contrato firmado com a concessionária;

GRUPO IV – Repetição de Indébito: agrupamento de ações propostas com consumidores que alegam ter pago à concessionária mais do que era efetivamente devido, e através das referidas ações, pedem a devolução do pagamento supostamente indevido;

GRUPO V – Execução fiscal/Embargos: agrupamento das ações propostas pelas Fazendas Públicas (Municipal, Estadual e Federal) objetivando cobrar da concessionária eventuais dívidas, em geral de natureza tributária;

GRUPO VI – Outros: agrupamento das demais ações não incluídas nos tópicos nominados especificamente, seja na esfera administrativa (PROCON, Procuradorias etc.), seja na esfera judicial.

Nota: Ações cíveis tramitando no Juizado Especial no montante estimado de R\$ 4.924, referem-se a: cancelamento de dívida, declaração de nulidade, indenização por danos morais, indenização por danos materiais, renegociação de dívida, repetição de indébito, revisão de consumo.

Além da provisão acima explicitada, merecem destaque individual as seguintes demandas:

c.1) Plano Bresser

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, visando o recebimento de supostas diferenças salariais ocorridas em virtude da implantação do denominado “Plano Bresser” (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, transitando em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução, conseqüentemente criaria uma dívida vultosa.

Daí o risco avaliado de perda ser possível, pois o julgamento da limitação à data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução, uma vez que, conforme a OJ/TST (SDI I) nº 262, não ofende “à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos”.

Junta-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da CEAL na busca pela limitação à data base.

c.2) CODEVASF X CHESF

PROCESSO PRINCIPAL (Proc. nº 2004.03.00.006901-7)

A CODEVASF ingressou com uma Ação Ordinária Constitutiva de Crédito, com Ressarcimento de Perdas e Danos, em desfavor da CHESF, da CEAL e da ENERGIPE, sendo que as últimas participam do processo na qualidade de litisconsortes passivas necessárias.

Pleiteia o pleno restabelecimento da situação econômico-financeira correspondente ao momento do ato negociar conveniado (Convênio nº 0/34/83-I, de 24 de junho de 1983) com a CHESF, com a finalidade de obter o direito de crédito, em energia ou moeda corrente, com as correspondentes perdas e danos, em dobro, apontando um valor, na época (23/06/1998), de R\$ 25.730.

Proferida sentença, tanto a CEAL quanto a ENERGIPE foram excluídas da lide, em razão da ilegitimidade para causa. Também julgou improcedente o pedido formulado pela CODEVASF contra a CHESF.

O processo está atualmente em grau de recurso de apelação

AÇÃO CAUTELAR (Proc. nº 2004.83.00.006900-5)

A CODEVASF ingressou com uma Ação Cautelar objetivando obrigar a CHESF, na condição de suposta devedora da obrigação principal no cumprimento integral dos termos do convênio 0/34/83-I, impedindo, em conseqüência, que as concessionárias e permissionárias CEAL e ENERGIPE efetuem cortes no fornecimento de energia elétrica.

Após instrução processual, e de forma manifestamente incompatível com nosso ordenamento jurídico, o MM Juiz determinou a conversão da ação cautelar em ação ordinária, para, julgando procedente, condenar a CHESF a pagar à CODEVASF o valor do saldo devido no Convênio nº 0/34/83-I, no importe de R\$ 4.572. Não houve condenação da CEAL neste sentido.

Ficou determinada, também, a impossibilidade de interrupção no fornecimento de energia elétrica da CODEVASF, fato que já foi objeto de interposição de recurso cabível.

Foi suspensa a possibilidade de a CEAL realizar a compensação da dívida da CODEVASF com as faturas vincendas de energia elétrica.

Processo em grau de recurso de apelação para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Considerando que o processo principal (Proc. nº 2004.03.00.006901-7) proposto pela CODEVASF foi julgado IMPROCEDENTE e ainda determinada à exclusão da CEAL da lide, e que na Ação Cautelar (Proc. nº 2004.83.00.006900-5) apenas a CHESF foi condenada a pagar o saldo do convênio no valor de R\$ 4.572, entendemos que a classificação de risco das referidas ações, com relação à CEAL, é remota.

20. Outras contas a pagar

Descrição	R\$ mil	
	31/12/09	31/12/08
Consumidores	4.164	4.045
Contribuição Patrocinadora	703	895
Contribuição Patrocinadora – Suplementar	18.038	19.309
Subvenção Baixa Renda	625	30
Cauções em garantia	852	808
CIP – Faturada e arrecadada	10.377	14.643
FGTS – Conta Empresa	563	563
Multas ANEEL e ARSAL	1.963	1.552
Empréstimo compulsório	144	143
Fornecedores diferença de alíquota	21	72
Eletrobrás- devolução parte recursos CDE -LPT 3ª tranche	9.155	-
Outros	1.040	479
TOTAL	47.645	42.539
Passivo Circulante	(28.037)	(21.939)
Passivo Não Circulante	19.608	20.600

Contribuição suplementar da patrocinadora – Com a vigência do Plano de “Contribuição Definida (cd) nº 001” da FACEAL, em setembro de 2008, o saldo determinado atuarialmente foi registrado no Plano Previdenciário nº2, como Provisão Matemática a Constituir ajustado entre a CEAL e FACEAL, para ser amortizada através de contribuições suplementares relativas à “Serviço Passado”, em 100 (cem) parcelas acrescidas de juros a taxa real de 5% (cinco por cento) ao ano, sobrecarga administrativa de 15% (quinze por cento) e corrigidas pelo INPC do IBGE.

21. Capital social

O Capital Social em 31.12.2009, sem valor nominal, está assim distribuído:

Acionistas	Quantidades em milhares de ações					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ELETROBRÁS	259.955	74,84	5.621	94,02	265.576	75,17
BNDESPAR	64.276	18,51	41	0,69	64.317	18,20
Municípios	11.820	3,40	65	1,09	11.885	3,36
Demais Pessoas Jurídicas	7.978	2,30	215	3,60	8.193	2,32
Pessoas Físicas	3.320	0,95	36	0,60	3.356	0,95
	347.349	100,00	5.978	100,00	353.327	100,00

As ações ordinárias, na forma nominativa e escritural, têm direito de voto. Às ações preferenciais, conforme estatuto social é assegurado um dividendo mínimo prioritário e cumulativo de 10% ao ano, calculado sobre o valor do capital integralizado, relativo a essa classe de ações.

22. Recursos destinados ao aumento de capital

Referem-se a aporte de recursos pela ELETROBRÁS, e que são atualizados monetariamente até a efetiva capitalização.

- (a) Aporte para liquidação de débitos com compra de energia, cobertura de déficit operacional e capital de giro, no montante de R\$ 242.738;
- (b) Transformação em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital dos empréstimos concedidos com recursos ordinários, conforme Deliberação 204/2009, de 21/12/2009, aprovado pelo Conselho de Administração da ELETROBRÁS, no montante de R\$ 282.747.

23. Fornecimento de energia elétrica

Descrição	Não Auditado				R\$ mil	
	Número de Consumidores		MWh			
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Fornecimento e suprimento						
Residencial	761.400	735.337	853.067	808.170	286.301	280.663
Industrial	2.650	2.644	353.865	381.483	76.818	79.883
Comercial	48.887	48.152	487.051	467.755	175.639	170.371
Rural	9.624	9.648	167.200	172.830	26.349	31.822
Poder público	7.798	8.097	122.397	122.374	39.419	40.344
Iluminação pública	150	102	135.147	131.407	26.859	26.392
Serviço público	1.061	844	166.593	160.803	34.290	31.530
	831.570	804.824	2.285.320	2.244.822	665.675	661.005
Energia livre					(5.786)	-
CVA s/energia	-	-	-	-	(3.348)	-
Energia de curto prazo		1		66.971	2.675	9.128
	831.570	804.825	2.285.320	2.311.793	659.216	670.133

Revisão Tarifária - Através da Resolução Homologatória nº 873, de 25 de agosto de 2009, com vigência a partir de 28 de agosto de 2009 a 27/08/2010, a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, homologou o resultado da segunda revisão tarifária periódica da CEAL, com a fixação do reposicionamento tarifário médio de -13,90% (treze vírgula noventa por cento negativos), sendo -17,71% (dezessete vírgula setenta e um por cento negativos) relativos aos componentes econômicos, e 3,81% (três vírgula oitenta e um por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais. Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e o valor da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e do Encargo de Serviço do Sistema – ESS, e Atualizando a da Receita Anual às demais Instalações de Transmissão, vigente no período de 28 de agosto de 2009 e 27 de agosto de 2010.

REVISÃO TARIFÁRIA	R\$ Mil
Encargos Setoriais	43.006
Custo com Transporte de Energia	35.617
Compra de Energia	257.022
Total Parcela A	335.645
Empresa de Referência	147.816
Receitas Irrecuperáveis	7.052
Remuneração Bruta de Capital	55.475
Quota de Reintegração Regulatória	38.636
Total Parcela B	248.979
Receita Requerida	584.624
(-) Outras Receitas	(2.151)
Receita Requerida Líquida	582.473
Receita Verificada	707.806
Componentes Financeiros	26.961
Total TUSD	(7.490)
Tarifa de Energia - TE	1.100
Subsídios	20.942
Outras	12.409
Reposicionamento Tarifário	-17,71%
Componentes Financeiros	3,81%
Reposicionamento com Financeiros	-13,90%

24. Outras receitas

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Renda da prestação de serviços	41	97
Arrendamentos e alugueis	2.491	2.278
Serviço taxado	2.348	1.422
Outras	2.880	3.111
	7.760	6.908

25 – Resultado operacional

O custo e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos e despesas operacionais					31/12/2009	31/12/2008
		Custo do serviço de e. elétrica e prestados a terceiros	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	a	(104.935)	-	(32.533)	(137.468)	(138.187)
Administradores		-	-	(122)	(122)	(721)
Material		(3.941)	-	(472)	(4.413)	(4.938)
Serviço de terceiros		(24.765)	(19.061)	(10.215)	(54.041)	(53.379)
Taxa de fiscalização		-	-	(1.748)	(1.748)	(1.554)
Energia comprada para revenda	b	(273.313)	-	-	(273.313)	(258.266)
Enc. de uso do sistema de transmissão	c	(44.374)	-	-	(44.374)	(33.843)
Depreciação		(27.936)	-	(690)	(28.626)	(29.107)
Arrendamentos e alugueis		(2.625)	-	(688)	(3.313)	(3.004)
Seguros		(15)	-	(413)	(428)	(177)
Tributos		(1.228)	-	(377)	(1.605)	(1.124)
Doações		(3)	-	(121)	(124)	(135)
(-) recuperação despesas		1.545	-	-	1.545	2.280
Provisões líquidas		-	(39.108)	(10.566)	(49.674)	(88.066)
Outros		(2.706)	(14.825)	(218)	(17.749)	(10.943)
Total		(484.296)	(72.994)	(58.163)	(615.453)	(621.164)
Outras receitas (despesas) operacionais,					(1.805)	(2.331)
Receita Operacional Líquida					625.554	638.532
Resultado Operacional					8.296	15.037

a) Despesa de pessoal

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Remuneração	52.324	47.540
Incentivo PDI	11.902	-
Encargos sociais	18.696	19.013
Encargos sociais -FGTS PDI	9.931	-
Auxílio alimentação	8.948	8.288
Benefício pós emprego	1.027	17.733
Convênio assistencial	5.549	4.635
Entidade de previdência privada (FACEAL)	4.896	5.105
Entidade de previdência privada (FACEAL)- Contribuição complementar	-	19.427
Participação no resultado/Abono	5.173	-
Provisões para férias e 13º salário e respectivos encargos	23.478	18.165
Outras	5.098	2.930
(-) Transferências para imobilizações em curso	(9.554)	(4.650)
	137.468	138.186

O Programa de Desligamento Incentivado - PDI, proposto pela Companhia Energética de Alagoas - CEAL, foi aprovado pela Diretoria Executiva, na forma da Resolução nº 68/2008, de 29 de setembro de 2008, pelo Conselho de Administração, conforme Deliberação CA nº 09/2008, de 14 de outubro de 2008, e pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Ofício nº 412/2009/MP/SE/DEST, de 25 de maio de 2009.

b) Energia elétrica comprada para revenda

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
CEMIG	10.478	7.527
CDSA	803	761
CEEE	4.235	3.813
CESP	21.805	20.096
CHESF	43.289	41.032
COPEL	19.303	18.290
DUKE ENERGY	16.200	15.301
ELETRONORTE	43.867	41.805
EMAE	1.589	1.501
ENERGEST S/A	1.292	1.310
FURNAS	68.181	62.776
LIGHT	4.792	4.541
TRACTEBEL	5.210	1.319
MCS D	28.093	26.671
PROINFA	6.857	5.520
CGTEE	628	595
CCEE	5.741	1.199
OUTROS - CVA/Sobrecontratação	(9.050)	4.209
TOTAL	273.313	258.266

Registra a compra de energia elétrica para revenda, a provisão e compensação dos ativos e passivos regulatórios - CVA.

Montante de energia elétrica comercializada pela CEAL (Mwh)

COMPRA DE ENERGIA	Mwh (Não auditado)	
	31/12/2009	31/12/2008
Proinfa	58.077	39.071
Energia Contrato Leilão CCEAR 2005	1.752.001	1.756.398
Energia Contrato Leilão CCEAR 2006	754.465	755.972
Energia Contrato Leilão CCEAR 2007	770.944	772.915
Energia Contrato Leilão CCEAR 2008	81.711	81.741
Energia Contrato Leilão CCEAR 2009	108.883	-
CCEE	15.557	26.075
	3.541.638	3.432.172

c) Encargo do Uso do Sistema de Transmissão

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	70	70
AETE- AMAZONIA ELETRONORTE	76	73
ARTEMIS	153	150
ATE	235	223
ATE II	360	354
ATE III	178	114
CEEE	746	715
CELG	60	55
CELPE	1.889	1.721
CEMIG	1.066	894
CHESF	9.778	9.558
CIA TRANSLESTE	65	64
COPEL	481	443
CPTE	138	130
CTEEP	2.794	2.671
EATE	711	674
ECTE	157	151
ELETRONORTE	1.837	1.788
ELETROSUL	1.756	1.605
ENERGIPE	0	1.706
ENTE	361	345
ERTE	64	62
ETAU	62	59
ETEO	289	282
ETEP	162	156
ETIM	130	126
EXPANSION	327	320
FURNAS	3.659	3.431
INTESA	197	129
ITUMBIARA – ITE	342	336
LUMITRANS	42	42
LT TRIANGULO	193	0
NOVATRANS	837	826
NTE	253	246
PPTÉ – PORTO PRIMAVERA	146	147
SC ENERGIA	186	168
SERRA DA MESA	206	186
STC	77	49
STE	130	125
STN	288	282
TSN	899	858
TRANSIRAPÉ	28	28
TRANSUDESTE	40	40
UIRAPURÚ	49	49
VILA DO CONDE TRANSMISSORA	119	117
CHESF CONEXÃO	1.370	1.316
ESS		2.135
DIVERSOS	11.368	-1.176
	<u>44.374</u>	<u>33.843</u>

- **Compra de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a seguir demonstrado:

Compra	MWh (Não auditado)		R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CCEE	15.557	26.075	1.333	1.199

Venda	MWh (Não auditado)		R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CCEE	70.809	66.971	2.675	9.128

Os registros das operações de compra de energia na CCEE estão recolhidos pelo regime de competência de acordo com as faturas de pré-contabilização divulgadas pela CCEE, e referendada pela CEAL.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
Ganhos (perdas) na desativação de bens e direitos	(1.122)	(1.295)
Pessoal cedido	(524)	(585)
Encerramento de Ordens de Serviços – ODS e outros	(159)	(451)
Total	(1.805)	(2.331)

27. Resultado Financeiro

Descrição	R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008
RESULTADO FINANCEIRO		
RECEITA		
Renda de aplicações Financeiras	943	598
Variação monetária – ativos regulatórios	4.298	1.892
Variação monetária – tusd	(254)	294
Variação monetária – irrigantes	36	701
Variação monetária – parcelamento	4.051	-210
Variação monetária – depósito judicial	1.114	3.397
Variação monetária – outras	776	21
Acréscimo moratório conta de energia	33.241	39.089
Juros s/ parcelamentos	5.200	421
Outros	698	1.884
	<u>50.103</u>	<u>48.087</u>
(-) DESPESAS		
Encargos de dívidas (líquido transf. Para imobilizações)	(49.443)	(42.151)
Variação monetária – supridores	(166)	(119)
Variação monetária – empréstimo e financiamento	4.445	(20.346)
Variação monetária – taxa de câmbio	391	(398)
Variação monetária – aumento de capital	(6.903)	(7.723)
Variação monetária – PEE e P&D	(418)	(4.503)
Variação monetária – ativos regulatórios	3.567	0
Variação monetária – FACEAL	(2.181)	(2.534)
Variação monetária – PAEX	(1.194)	(1.040)
Variação monetária – Outros	1.274	1.129
Juros ICMS Baixa renda	(1.822)	(5.964)
Juros e taxa de administração da cont. Complementar FACEAL	(1.425)	(1.153)
Outras despesas financeiras – Multas ANEEL	(1.154)	(4.630)
Outras despesas financeiras – IOF/CPMF	(1.163)	(1.472)
Multas moratórias	(56)	(871)
Outras despesas financeiras	(2.091)	(6.493)
	<u>(58.339)</u>	<u>(98.268)</u>
Total	<u>(8.236)</u>	<u>(50.181)</u>

28. Plano nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Resolução ANEEL nº 223, de 29.04.2003, alterada pela Resolução nº. 52, de 25.03.2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

A Lei nº 10.762, de 11.11.2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios, dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esse atendimento a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS - O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Luz para Todos, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Com a publicação do Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, o Programa Luz para Todos foi estendido até dezembro de 2010. E posteriormente foi definida, através de outro Termo de Compromisso, a eletrificação de mais 30.000 domicílios rurais.

Em 2009, a CEAL eletrificou 16.367 domicílios rurais, totalizando 72.810 do período de 2004 a dezembro de 2009. Isso representa 85,98% da meta para Alagoas (84.684 ligações). O Programa já contemplou 100% dos municípios do Estado. Para garantir o andamento do Programa, a CEAL vem realizando vários investimentos no sistema de Transmissão e Distribuição, onde já foram construídos 554,93 Km de linhas de Distribuição (reforço de Rede) e foram contratados mais 146,94 Km para este ano. Além disso, foram instalados Reguladores de Tensão e Banco de Capacitores. As obras de Reforço de Rede trazem vários benefícios como à melhoria da qualidade do fornecimento e confiabilidade, além da redução das perdas no Sistema Elétrico da CEAL.

Descrição	Não auditado					
	1ª Tranche ECFS 004/04 de 27.05.04	2ª Tranche ECFS 107/05 de 14.12.05	3ª Tranche ECFS 171/07 de 28.02.07	4ª Tranche ECFS 196/07 de 07.11.07	5ª Tranche ECFS 242/08 de 04.12.08	6ª Tranche ECFS 250/09 de 21.08.09
Participações						
Recursos Eletrobrás CDE	20.482	37.574	51.084	34.989	58.926	60.996
Recursos Eletrobrás RGR	5.120	9.394	12.771	8.747	14.731	13.071
Recursos CEAL	12.863	8.288	11.269	7.718	12.998	13.071
	<u>38.465</u>	<u>55.256</u>	<u>75.124</u>	<u>51.454</u>	<u>86.655</u>	<u>87.138</u>
Ingressos de Recursos						
Recursos Eletrobrás CDE	26.673	24.662	45.976	31.490	41.248	18.299
Recursos Eletrobrás RGR	6.668	6.165	11.494	7.873	10.312	3.921
	<u>33.341</u>	<u>30.827</u>	<u>57.470</u>	<u>39.363</u>	<u>51.560</u>	<u>22.220</u>
Gastos Incorridos						
CDE, RGR e CEAL	33.813	55.134	67.658	42.058	37.815	10.843
Balanço						
Total a Receber	25.602	30.827	63.855	43.736	73.657	74.067
Ingressos recebidos	33.341	42.271	57.470	39.363	51.560	22.220
Ingressos (devolução)a Realizar	(7.739)	(11.444)	6.385	4.373	22.097	51.847
Número de ligações						
Ligações executadas	15.434	10.954	13.147	7.500	12.480	3.229
Percentual de avanço físico	95,23%	83,57%	81,83%	81,98%	70,98%	16,24%
Ligações em execução	0				1.638	4.477
Ligações totais do programa	15.434	10.954	13.147	7.500	14.118	12.184

29. Benefícios aos empregados

Programa Previdenciário

A Companhia instituiu um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à FACEAL – Fundação CEAL de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia, conforme exigências da legislação brasileira.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através de dois planos, um primeiro de Benefícios Definidos – BD e outro, implementado a partir de agosto de 2008, na modalidade de Contribuições Definidas – CD. O primeiro com o objetivo de manter a semelhança das rendas de inatividade dos aposentados da Companhia àquelas percebidas em atividade, quando somadas às da previdência social, e o segundo com o objetivo de capitalizar as contribuições vertidas durante o período de atividade para transformá-las em renda, a ser determinada na aposentadoria pelo saldo acumulado. A Companhia tem incentivado a migração de participantes ao novo plano, com reconhecimento e transferência das reservas até então acumuladas no plano original. Em 31/12/2009 apenas 41 empregados ativos permaneciam vinculados ao Plano de Benefícios Definidos, além de 347 aposentados e 152 pensionistas.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social.

No exercício de 2009 a CEAL, segundo os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM no 371/2000, procedeu à reavaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente, realizada pela ASSISTANTS LTDA – Membro CIBA nº 68, seguem os padrões recomendados pela CVM e pelo IBRACON e podem diferir daquelas adotadas pela FACEAL, as quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados. As hipóteses técnicas e financeiras adotadas são demonstradas no Quadro I abaixo.

Em 31/12/2009, o valor presente das obrigações da CEAL para com o programa previdenciário era de R\$ 88.558, sustentado por ativos acumulados e investidos no mercado financeiro, através da FACEAL, no valor de R\$ 139.098, demonstrando, pois, um excesso de cobertura de R\$ 50.540. A Companhia não registra contabilmente qualquer excesso dentre seus ativos.

A avaliação, sob os padrões da CVM, é restrita ao Plano BD – Benefícios Definidos, de acordo com a norma vigente, desde que considerada a inexistência de riscos para a Companhia no Plano CD.

Além dos benefícios relativos ao Plano de Benefícios Previdenciários (BD), a **CEAL** mantém, por força de Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o Sindicato representativo da categoria, uma apólice coletiva de seguros de vida em grupo, com participação de ativos e de aposentados, bem como um programa especial de abonos e indenizações, por aposentadorias e por mortes, para antigos empregados anteriores à instituição da FACEAL. As obrigações correspondentes a esses programas, também avaliadas atuarialmente ao final do exercício de 2009, montam em R\$ 18.853. A Companhia optou pelo reconhecimento contábil integral dessa obrigação, conforme preconizado pelo IBRACON e pela Deliberação CVM nº 371, sendo R\$ 1.119 no resultado do próprio exercício, como custo do ano, e R\$ 17.734 como dedução ao patrimônio líquido por referir-se a compromissos de exercícios anteriores. A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos programas de benefícios pós-emprego da **CEAL**, na data-base de 31/12/2009

QUADRO I - HIPÓTESES ATUARIAIS E FINANCEIRAS

Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000
Tábua de Entrada em Invalidez	Light (média)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 83
Tábua / Taxa de Rotatividade	Nula
Taxa de Juros Atuariais	5,0% aa
Taxa de Inflação Projetada	4,5% aa
Taxa de Retorno de Curto Prazo	9,725% aa
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,0% aa
Fator de Capacidade de Benefícios	0,98
Fator de Capacidade Salarial	0,98
Taxa de Incremento de Custos da Saúde	1,0% aa

Quadro II - Plano Previdenciário	31/12/2009	31/12/2008
1. Participantes ativos		
1.1 - Participantes - n°	41	63
1.2 - Idade Média	47,8	47,5
1.3 - Serviço Creditado (total)	21,9	23,7
1.4 - Tempo para Aposentadoria	14,4	10,5
1.5 - Salário Médio em R\$	2.670,34	2.407,31
2. Aposentados		
2.1 - Participantes Aposentados - n°	347	357
2.2 - Idade Média	65,5	65,0
2.3 - Benefício Médio em R\$	1.230,14	1.135,52
3. Pensionistas		
3.1 - Participantes Pensionistas - n°	152	189
3.2 - Idade Média	58,0	43,5
3.3 - Benefício Médio em R\$	475,26	338,11
População Total	540	609

QUADRO III - OUTROS PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS	Apólice de Seguro			Plano Especial
	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL	
Segurados titulares	854	49	903	263
Idade média	50,3	55,7	44,6	65,5
População titular potencial	1.220	366	1.586	
Idade Média - Pop. Potencial	44,0	65,5	48,9	
Nível de adesão	70%	13%	57%	100%
Prêmios anuais (em R\$)	509.519	32.629	542.148	
Salários/Benefícios médios (em R\$)	2.670	1.230	2.592	
Sinistros pagos em 2009 (em R\$)			151.096	

QUADRO IV - ESTADO DE EQUILÍBRIO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO - R\$	Ex.: 2009	Ex.: 2008
I - OBRIGAÇÕES CONSOLIDADAS	INATIVOS	TOTAL
(a) No início do exercício	89.794	-
(b) Custo de serviço	153	-
(c) Custo dos juros	8.710	-
(d) Benefícios pagos	(6.468)	
(e) (Ganhos) e perdas	(3.631)	
(f) No fim do exercício	88.558	89.794
II - ATIVOS GARANTIDORES		
(a) No início do exercício	121.064	-
(b) Retorno esperado dos ativos	23.535	
(c) Contribuições e aportes	239	
(d) Benefícios pagos	(6.468)	-
(e) Ganhos e perdas	727	
(f) No fim do exercício	139.098	121.064
III - ESTADO DE COBERTURA		
No fim do Exercício	50.540	31.270

QUADRO V - ESTADO DE EQUILÍBRIO DOS OUTROS Ex. 2010 Ex.: 2009

PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS - R\$	(Projeção)	
(a) No início do exercício	18.853	17.734
(b) Custo de serviço	-	1.119
(c) Custo dos juros	1.683	
(d) Benefícios pagos	(1.547)	
(e) (Ganhos) e perdas		
(f) No fim do exercício	18.989	18.853

QUADRO VI - CUSTO PERÍODICO DOS PROGRAMAS PARA - R\$

	Benefícios	Outros	
	Previdenciários	Programas	Total
(a) Custo de serviço	78		78
(b) Custo dos juros	7.799	1.683	9.482
(c) Retorno esperado dos ativos	(11.575)		(11.575)
(d) Contribuições e aportes	(117)		(117)
(d) Amortizações		(1.547)	(1.547)
Custo de Curto Prazo	(3.814)	136	(3.679)

QUADRO VII – FLUXO DE PAGAMENTOS – R\$ Mil

Exercícios	Benefícios Previdenciários	Outros Programas	Total
2010	6.505	1.547	8.052
2011	6.505	1.563	8.068
2012	6.505	1.578	8.083
2013	6.505	1.594	8.099
2014	6.505	1.610	8.115
2015	6.511	1.626	8.137
2016	6.571	1.642	8.213
2017	6.670	1.659	8.328
2018	6.710	1.675	8.385
2019	6.715	1.692	8.407
2020	6.671	1.709	8.380
2021	6.594	1.726	8.320
2022	6.492	1.743	8.236
2023	6.287	1.761	8.048
2024	6.190	1.659	7.849

QUADRO VIII - RECONCILIAÇÃO DO PASSIVO
Posição em 31/12/2009 - R\$
Valor

Descrição	Presente das Obrigações Atuariais	Valor justo dos Ativos do Plano	(Ganhos)/Perdas Atuariais	(Passivo)/Ativo Líquido Total
Valor no início do exercício				
Custo dos anos anteriores	(17.734)		-	(17.734)
Custo do ano	(1.119)		-	(1.119)
Rendimento esperado dos ativos				-
Amortizações				-
Ganhos ou perdas atuariais	-		-	-
Contribuições pagas				-
Benefícios pagos pelo plano	-			-
Alterações de plano				-
Valor no final do exercício	(18.853)	-	-	(18.853)

30. Regime tributário de transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Empresa optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

31. Créditos fiscais

Encontram-se registrados, na Parte “B” do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurados valores decorrentes da base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No quadro abaixo está demonstrado a posição desses créditos:

Descrição	R\$ mil	
	31/12/09	31/12/08
Prejuízos Fiscais	243.553	245.939
Base Negativa de Contribuição Social	289.779	292.949

32. Seguros

A CEAL mantém a cobertura de seguros contra incêndio e para veículos, levando em conta o grau de risco, por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme estabelecidas pelas Leis nº 8.666/93, nº 8.987/95 e nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05 e demais legislações aplicáveis.:

a) Riscos Nomeados:

Seguro com a Unibanco Seguros e Previdência para cobertura de avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado (prédios e subestações).

SEGURADORA	VIGÊNCIA	COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
Risco nomeados	30.03.2009 a 30.03.2010	Incêndio, Raio e Explosão	56.638	349
Risco nomeados	30.03.2009 a 30.03.2010	Danos elétricos	19.950	

b) Veículos:

Seguro da frota para cobertura: danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, casco de avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, com assistência 24 horas e garantias aos vidros, a preços de cobertura 100% da Tabela FIPE.

c) Seguro de Vida:

Seguro contrato com a Unibanco Seguros e Previdência para os funcionários, com coberturas: Indenização especial por morte acidental (I.E.A); Invalidez permanente ou parcial por acidente (I.P.A); Invalidez funcional permanente total por doença e garantia de inclusão de cônjuges.

33. Partes relacionadas

A CEAL efetuou transações com partes relacionadas, como compra de energia elétrica, operações de empréstimos e financiamentos, pessoal cedido e encargos de uso da rede de distribuição. Todas as outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado no mercado.

Natureza da Operação	R\$ mil		R\$ mil	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesas)	Receita (Despesas)
Empréstimos e Financiamentos- enc. e var.	(117.408)	(342.633)	(49.507)	(57.646)
Adiantamento para aumento de capital	(525.485)	(235.834)	(6.903)	(7.723)
Pessoal cedido a CEAL	-	-	(84)	(77)
Pessoal cedido a ELETROBRÁS	17	-	-	-
	<u>(642.876)</u>	<u>(578.467)</u>	<u>(56.494)</u>	<u>(65.446)</u>
Suprimento de energia e uso da rede	(6.679)	(5.243)	(43.288)	(41.032)
Encargos de uso do sistema	(132)	(1.056)	(9.778)	(10.874)
Pessoal cedido da CEAL	-	-	-	-
Pessoal cedido a CEAL	-	10	(247)	(75)
	<u>(6.811)</u>	<u>(6.289)</u>	<u>(53.313)</u>	<u>(51.981)</u>
Suprimento de energia e uso da rede	(8.796)	(7.772)	(68.181)	(62.776)
Encargos de uso do sistema	(416)	(410)	(3.659)	(3.431)
	<u>(9.212)</u>	<u>(8.182)</u>	<u>(71.840)</u>	<u>(66.207)</u>
Suprimento de energia e uso da rede	(74)	(66)	(628)	(595)
Suprimento de energia e uso da rede	(5.385)	(5.208)	(43.867)	(41.805)
Encargos de uso do sistema	(191)	(197)	(1.837)	(1.778)
Pessoal cedido da CEAL	31	7	-	-
	<u>(5.545)</u>	<u>(5.398)</u>	<u>(45.704)</u>	<u>(43.583)</u>
Encargos de uso do sistema	(185)	(178)	(1.756)	(1.605)
Pessoal cedido a CEAL	(27)	(11)	(267)	(36)
	<u>(212)</u>	<u>(189)</u>	<u>(2.023)</u>	<u>(1.641)</u>
Pessoal cedido a CEAL	-	-	(42)	-
Total	(664.730)	(598.591)	(230.044)	(229.453)

Remuneração de empregados e administradores (em R\$ 1)

A maior e menor remuneração, para empregados da Companhia, tomando-se por base o mês de dezembro de 2009, foi de R\$ 17.892,86 e R\$ 919,54 (em 2008 R\$16.053,28 e R\$ 675,64) respectivamente. O salário médio e a remuneração média durante o ano de 2009, foram respectivamente, de R\$ 3.926,95 e R\$ 1.971,43 (em 2008 R\$3.712,78 e R\$ 1.864,38).

Remuneração do pessoal chave:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e o chefe da auditoria interna. A remuneração referente a salários e encargos pago ou a pagar está demonstrada a seguir:

Descrição	R\$ mil	
	31/12/09	31/12/08
Honorários dos diretores	-	558
Honorários de conselhos	122	144
encargos sociais	24	228
TOTAL	146	930

34. Leilão de energia

No ano de 2009 a CEAL teve participação no 8.º e 9.º leilões de energia elétrica de novos empreendimentos de geração, onde esta declarou ao MME necessidade de energia de zero MW médios para 2012 e de 85 MW médios para 2014. O MME através da Portaria 469/09, cancelou o leilão de A-5, com isto a CEAL não adquiriu energia através dos leilões A-3 e A-5 realizados em 2009 para fornecimento de energia nos anos de 2012 e 2014.

Contrato de Compra e Venda de Energia-CCEAR	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014
Valores em MWh (Não auditado)	3.526.080	3.630.451	3.669.372	3.853.249	3.929.289	3.992.034	7.632.000
Valores em R\$	282.024	295.199	301.215	322.257	331.789	353.934	676.653
Tarifa média de compra 2005/08	79,98	81,31	82,09	83,63	84,44	88,66	88,66

* A partir de 2008 a tarifa foi acrescida de 5%

35. Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2009, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e Equivalentes de Caixa – são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

Consumidores – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelo seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Empréstimos, financiamentos - O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. A Companhia possui empréstimos e financiamentos em moeda nacional, que são classificados como passivos financeiros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas.

Risco de encargo da dívida - a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito – o risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

Risco quanto à escassez de energia - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Contrato de Compra e Venda de Energia-CCEAR	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014
Valores em MWh	3.526.080	3.630.451	3.669.372	3.853.249	3.929.289	3.992.034	7.632.000
Valores em R\$	282.024	295.199	301.215	322.257	331.789	353.934	676.653

36. Demonstração de resultado por atividade

	R\$ mil			31/12/08 Reclassificado
	31/12/09		Total	
	Distribuição	Comercialização		
Receita Operacional Bruta				
Receita p/disponib. da rede elétrica	154.374	0	154.374	142.656
Receita de Fornecimento	0	659.216	659.216	670.133
Tarifa Social de consumi. de baixa renda	0	61.239	61.239	53.576
Outras receitas operacionais	102	7.658	7.760	6.908
	154.476	728.113	882.589	873.273
Tributos e contribuições s/ a Receita				
COFINS	(11.740)	(30.579)	(42.319)	(41.549)
PASEP	(2.549)	(6.646)	(9.195)	(9.061)
ICMS	(26.737)	(145.802)	(172.539)	(157.523)
ISS e outros	(6)	(74)	(80)	(75)
Encargo do consumidor – RGR	(5.458)	0	(5.458)	(3.204)
Encargo do consumidor - PEE	(3.116)	0	(3.116)	(3.163)
Encargo do consumidor - CDE	(4.503)	0	(4.503)	(4.447)
Encargo do consumidor - CCC	(16.741)	0	(16.741)	(13.457)
Encargo do consumidor - P&D	(3.084)	0	(3.084)	(2.262)
	(73.934)	(183.101)	(257.035)	(234.741)
Receita operacional líquida	80.542	545.012	625.554	638.532
Custo do Serviço de Energia Elétrica				
Custo com energia				
Energia elétrica compra para revenda	0	(273.313)	(273.313)	(258.266)
Encargo de uso do sist. de transmissão	0	(44.374)	(44.374)	(33.843)
	0	(317.687)	(317.687)	(292.109)
Custo de Operação				
Pessoal	(79.124)	(25.811)	(104.935)	(73.825)
Material	(3.646)	(295)	(3.941)	(4.411)
Serviço de terceiros	(17.228)	(7.537)	(24.765)	(21.435)
Depreciação	(27.671)	(265)	(27.936)	(28.266)
Arrendamentos	(1.824)	(801)	(2.625)	(1.969)
Seguros	(12)	(3)	(15)	(15)
Tributos	(63)	(1.165)	(1.228)	(945)
Doações	(3)	0	(3)	(12)
(-) recuperação	34	1.511	1.545	2.280
Outros	(1.199)	(1.507)	(2.706)	(2.150)
	(130.736)	(35.873)	(166.609)	(130.748)
Total do custo dos serviços prestados	(130.736)	(353.560)	(484.296)	(422.857)
Lucro bruto	(50.194)	191.452	141.258	215.675
Despesas Operacionais				
Despesas com vendas				
Serviço de terceiros	(7.358)	(11.703)	(19.061)	(21.515)
Provisões Líquidas	0	(39.108)	(39.108)	(62.751)
Outros	0	(14.825)	(14.825)	(8.304)
	(7.358)	(65.636)	(72.994)	(92.570)
Despesas Gerais e Administrativas				
Pessoal	(22.972)	(9.561)	(32.533)	(64.362)
Administração	(86)	(36)	(122)	(721)
Material	(333)	(139)	(472)	(527)
Serviço de terceiro	(7.213)	(3.002)	(10.215)	(10.429)
Taxa de fiscalização	(1.234)	(514)	(1.748)	(1.554)
Depreciação	(487)	(203)	(690)	(841)
Arrendamentos	(486)	(202)	(688)	(1.035)
Seguros	(292)	(121)	(413)	(162)
Tributos	(266)	(111)	(377)	(179)
Doações	(85)	(36)	(121)	(123)
Provisões Líquidas	(7.461)	(3.105)	(10.566)	(25.315)
Outros	(154)	(64)	(218)	(489)
	(41.069)	(17.094)	(58.163)	(105.737)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.641)	(164)	(1.805)	(2.331)
Total das despesas operacionais	(50.068)	(82.894)	(132.962)	(200.638)
Resultado operacional	(100.262)	108.558	8.296	15.037
Resultado Financeiro				
Variação Monetária	(182)	10.203	10.021	6.095
Outras Receitas	679	39.403	40.082	41.992
	497	49.606	50.103	48.087
(-) Despesas				
Encargos de dívidas	(48.217)	(1.226)	(49.443)	(42.151)
Variação Monetária	4.150	(5.335)	(1.185)	(35.534)
Outras despesas financeira	(3.881)	(3.830)	(7.711)	(20.583)
	(47.948)	(10.391)	(58.339)	(98.268)
Total do Resultado Financeiro	(47.451)	39.215	(8.236)	(50.181)
Resultado antes da Tributação	(147.713)	147.773	60	(35.144)
Provisão p/Contribuição Social	(735)		(735)	(2.366)
Provisão p/Imposto de Renda	(1.562)		(1.562)	(6.131)
Lucro(prejuízo) do exercício	(150.010)	147.773	(2.237)	(43.641)

Flávio Decat de Moura
Diretor-Presidente

Pedro Carlos Hosken Vieira
Diretor Financeiro

Leonardo Lins de Albuquerque
Diretor de Planejamento e Expansão

Luís Hiroshi Sakamoto
Diretor de Gestão

Nelson Fonseca Leite
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

Ronaldo Ferreira Braga
Diretor Comercial

José Luis França dos Santos
Diretor de Operação

M^a dos Praseres L.P. Moreira
Superintendência de Controle e Finanças -SFC